

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	27
Balancos patrimoniais	29
Demonstrações do resultado	30
Demonstrações do resultado abrangente	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	33
Demonstrações do valor adicionado	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras	35

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 01/2018 (“contrato de concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo Motiva) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a

tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2025

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos nas obras de infraestrutura da Companhia, consolidando o compromisso com a modernização e a segurança viária. Entre os principais marcos, destacam-se a evolução da duplicação da BR-386/RS e a execução de estruturas estratégicas que reforçam a importância desse corredor para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS, iniciada em 2021 e que será finalizada no ano 18º da concessão, perfazendo 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS.

Em 2025 foram concluídas 5km de faixa adicional da BR-386/RS; tiveram sequência as obras de duplicação do trecho de 20,3 km de Marques de Souza e Lajeado (km 324+100 ao km 344+400) em fase de conclusão, também teve sequência, o trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em maio de 2026, e as obras de duplicação do trecho de 30,5km entre os municípios de Tio Hugo/RS e Soledade/RS, (Km 213+100 a Km 243+600), com previsão de conclusão em agosto de 2026.

Foram concluídas em 2025 as obras de Implantação da interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAEs na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850.

Estão em andamento (além das Duplicações) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras).

Ainda, no decorrer de 2025 seguiram os trabalhos para viabilizar a recuperação dos pontos sinistrados por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul.

Adicionalmente, a Companhia destaca a conclusão das obras de recuperação de pavimento flexível na BR 290 e BR 386 Pista Dupla e o bom avanço nas obras de recuperação da BR 386 Pista Simples. Ainda

assim, para o ano de 2026 as equipes continuarão mobilizadas nas 4 rodovias da concessão, contando com frentes de Fresagem e Recomposição, Reforço de Pavimento, Drenagem, Microrrevestimento e Pavimento Rígido, buscando garantir as obrigações contratuais.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

Em 2025 a Companhia apresentou um aumento de 22,20% no lucro líquido em relação a 2024, em decorrência principalmente do aumento de suas receitas de pedágio, derivado do maior tráfego em 2025, frente ao ano de 2024 que sofreu os impactos da catástrofe climática ocorrida em maio no Rio Grande do Sul.

Em R\$ mil	2025	2024	Var.%
Receita líquida	1.468.872	1.203.609	22,04%
Receita de pedágio	572.301	535.920	6,79%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695	32,49%
Outras receitas	602	642	-6,23%
(-) Deduções da receita bruta	(49.619)	(46.648)	6,37%
(-) Custos e despesas (a)	(1.253.263)	(1.013.562)	23,65%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(945.588)	(713.695)	32,49%
Demais custos e despesas	(307.675)	(299.867)	2,60%
Resultado antes Resultado Financeiro	215.609	190.047	13,45%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(12.077)	(6.682)	80,74%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.670)	(43.566)	-27,31%
Lucro líquido	171.862	139.799	22,94%
(-) Resultado financeiro líquido	12.077	6.682	80,74%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	31.670	43.566	-27,31%
EBIT	215.609	190.047	13,45%
Margem EBIT	14,7%	15,8%	-1,1 pp
(+) Provisão de manutenção	5.864	26.194	-77,61%
EBIT Ajustado	221.473	216.241	2,42%
Margem EBIT ajustada (b)	42,3%	44,1%	-1,8 pp
(+) Depreciação/amortização	70.892	50.485	40,42%
EBITDA (b)	286.501	240.532	19,11%
Margem EBITDA	19,5%	20,0%	-0,5 pp
EBITDA ajustado	292.365	266.726	9,61%
Margem EBITDA ajustada (c)	55,9%	54,4%	1,4 pp
Dívida líquida s/Ebitda	5,51	4,50	22,54%
Investimentos (d)	(946.703)	(858.767)	10,24%
Veículos equivalentes (em milhares)	103.711	98.241	5,57%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas;
- (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
- (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa do respectivo período, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.1.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 29 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025 é de R\$ 5,50, conforme decisão n.º 85 de 21 de fevereiro de 2024.

Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2025 e sua comparação com o ano de 2024.

Em Unidades	2025	2024	Var.%
Veículos Leves (Veq ¹)	44.714.640	42.221.907	5,9%
Veículos Pesados (Veq ¹)	58.996.253	56.019.513	5,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	103.710.893	98.241.420	5,6%

¹⁾ Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados.

Em 2025, o total de veículos pedagiados foi de 58.289.145 ou 103.710.893 em veículos equivalentes.

Tráfego Consolidado (5,6%)

O tráfego consolidado de 2025 registrou crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. A comparação entre os períodos é impactada pelos efeitos da catástrofe climática que afetou o Rio Grande do Sul (RS) em 2024. Os eventos impactaram negativamente no tráfego da Companhia em maio/2024 de forma significativa, o que distorce a comparação entre os anos, tanto no passeio quanto no comercial.

Veículos Passeio ou leves (5,9%)

O tráfego de veículos de passeio em 2025 apresentou crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior, sob influência preponderante da base de comparação de 2024 que tem os impactos da catástrofe climática do RS. Além desse fator principal, o tráfego teve influência de fatores climáticos, que favoreceram o tráfego sazonal/turístico nos primeiros meses do ano, mas que foram desfavoráveis especialmente no 2º semestre. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 11,0%; o eixo da BR-290 cresceu 4,1%, e a BR-101 teve crescimento de 0,9%.

Veículos comerciais ou pesados (5,3%)

O tráfego comercial em 2025 apresentou crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior. Assim como no passeio, também há influência da base de comparação de 2024, notadamente dos esforços de reconstrução do estado do RS após a catástrofe em maio/2024. Além disso, o comercial demonstrou crescimento vinculado ao crescimento econômico da região Sul nos setores de indústria e comércio. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 8,3%; o eixo da BR-290 cresceu 3,4%, e a BR-101 teve crescimento de 2,7%.

A receita operacional da Companhia em 2025, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R\$ 1.518.491.

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var.%
Receita de Pedágio	572.301	535.920	6,8%
Receita de Construção	945.588	713.695	32,5%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	602	642	-6,2%
Receita Bruta Total	1.518.491	1.250.257	21,5%

Receita operacional: A receita de pedágio em 2025 totalizou R\$ 572.301, um aumento de 6,8% em relação a 2024, afetada principalmente pelo maior tráfego em 2025.

Receita de construção: No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

2.1.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2025 foram de R\$ 1.253.263 dos quais R\$ 307.675 são custos operacionais e R\$ 945.588 são custos de construção.

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var.%
Custo de construção	(945.588)	(713.695)	32,5%
Custos e despesas com pessoal	(81.298)	(80.298)	1,2%
Materiais equipamentos e veículos	(23.601)	(20.888)	13,0%
Serviços de terceiros	(75.013)	(70.954)	5,7%
Custos contratuais	(22.452)	(19.511)	15,1%
Provisão para manutenção	(5.864)	(26.194)	-77,6%
Depreciação e amortização	(70.892)	(50.485)	40,4%
Outros custos operacionais	(28.555)	(31.537)	-9,5%
Total Custos e Despesas	(1.253.263)	(1.013.562)	23,6%

Custo de construção: No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2025, a Companhia conta com 491 colaboradores e o custo de pessoal é maior em 1,2%, devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios.

Materiais, equipamentos e veículos: Em 2025 houve um aumento de 13,0% nos gastos com materiais, equipamentos e veículos. Esse resultado está relacionado ao aumento no custo de combustíveis dos serviços de conservação da faixa de domínio, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais.

Serviços de terceiros: Aumento de 5,7%, sobretudo em decorrência de aumento nos gastos de conservação, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia. A variação de 15,1% se dá principalmente pelo aumento no seguro patrimonial, em decorrência da tragédia climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Além disso, há um reajuste contratual da verba de fiscalização de 4,83% do IPCA, acumulado de Jan/24 à Dez/24, divulgado pelo IBGE e aplicado em fevereiro de 2025.

Provisão de manutenção: Os custos de manutenção são originados dos gastos com pavimento, que são provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, de maneira proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. O valor provisionado de 2025 sofreu efeito de uma reversão, realizada em decorrência da reclassificação de gastos futuros de “Provisão de manutenção” para “Intangível”.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2025 devido às finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.3 Investimentos.

Outros custos operacionais: A redução de 9,5% é decorrente principalmente da baixa de despesas antecipadas e do ativo imobilizado referente à venda da usina de asfalto da companhia e do recebimento de ressarcimento de seguro relativo à perda de receita derivada da não cobrança da tarifa de pedágio no período da catástrofe climática de 2024.

2.1.3 Investimentos

Em 2025, os investimentos realizados totalizaram R\$ 993.094 um aumento de 32,7% em relação a 2024. Aumento motivado pelo andamento das obras das duplicações e finalização das obras de interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAes na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850.

Estão em andamento (além das Duplicações das Segmentos B, C e E) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras), além da continuidade das atividades de recuperação dos sinistros.

Investimentos	2025	2024
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	646	1.629
Serviços no pavimento	225.801	186.286
Sinalização e elementos de proteção e segurança	20.169	21.469
Obras de arte especiais	79.698	30.781
Drenagem e obra de arte corrente	285	527
Obras de ampliação de capacidade	443.166	333.708
Obras de implantação de vias, interseção e outros	103.693	109.002
Sistemas e outros imobilizados	26.978	28.128
Sinistros	104.442	27.305
Elétrica	5.883	9.731
Total ⁽¹⁾	1.010.761	748.566

⁽¹⁾ Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. Excluindo as capitalizações de mão de obra e juros sobre financiamentos.

2.1.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000; em fevereiro de 2023, o montante de R\$ 50.000; em julho de 2025, o montante de R\$ 33.000; e em setembro de 2025, o montante de R\$ 134.024; totalizando R\$ 389.024 e R\$ 367.672 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida.

Em setembro de 2023, a Companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R\$1.450.000 sendo R\$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 3 de

outubro de 2023; R\$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R\$ 250.000 de *backstop* remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado. Em julho de 2025, a Companhia captou o montante de R\$ 22.000; e em setembro de 2025, o montante de R\$ 88.000; totalizando R\$110.000 e R\$106.290 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida.

Em outubro de 2024, a Companhia contratou uma dívida junto ao BNDES com o objetivo de financiar o capital de giro da concessionária, afetado pelos eventos climáticos extremos de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 125.000, com taxa de 7,42% ao ano, liquidados no próprio mês.

Destaca-se que no ano de 2024, ainda em função dos eventos climáticos extremos, foi acordado junto ao BNDES um *standstill* para a operação de financiamento (FINEM) e debêntures da Companhia, suspendendo os pagamentos das debêntures que ocorreriam entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025 e os pagamentos relacionados ao FINEM que ocorreriam entre agosto de 2024 e julho de 2025, prorrogando em 12 meses a data de término de ambas as operações.

2.1.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2025 foi de R\$ 354.596 e em 2024 foi de R\$ 322.502, representando 24,1% e 26,8% da receita operacional líquida, respectivamente.

2.1.6 Dividendos

Em 22 de setembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto /de R\$106.342, calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas entre janeiro e agosto de 2025, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

Em 2025 não foram pagos dividendos ou juros sobre o capital próprio, entretanto foram recolhidos os impostos retidos sobre os destaques de juros sobre o capital próprio mencionados anteriormente.

2.1.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.1.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2025 a auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária.

2.1.9 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 491 pessoas de forma direta, das quais, 444 pessoas foram contratadas em 2025.

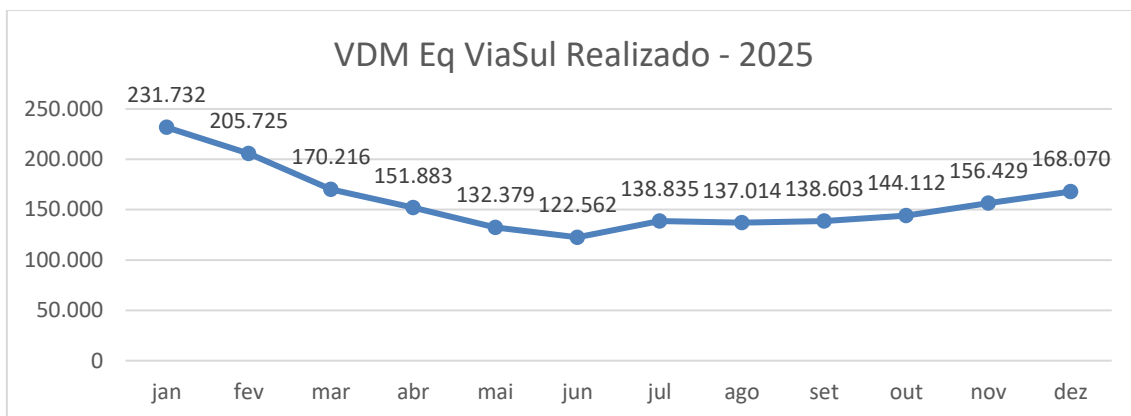
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

O gráfico a seguir apresenta o Volume Diário Médio Equivalente (VDM) mensal de 2025, que atingiu uma média de 157.625 veículos/dia no período analisado. Observa-se que, entre os meses de maio e junho, condições climáticas atípicas, caracterizadas por chuvas acima da média histórica e episódios de frio intenso impactaram negativamente o tráfego, especialmente o tráfego recreativo. Adicionalmente, tais condições influenciaram o planejamento do transporte comercial, exigindo a readequação das operações logísticas e de programação de cargas, em função do aumento do risco operacional associado ao cenário climático.

Varição mensal do volume no ano base:

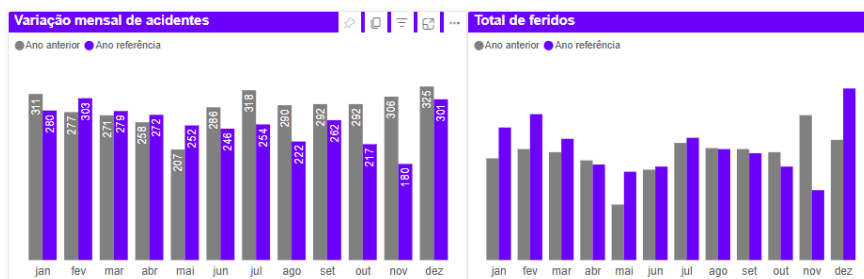


3.2 Segurança no Trânsito

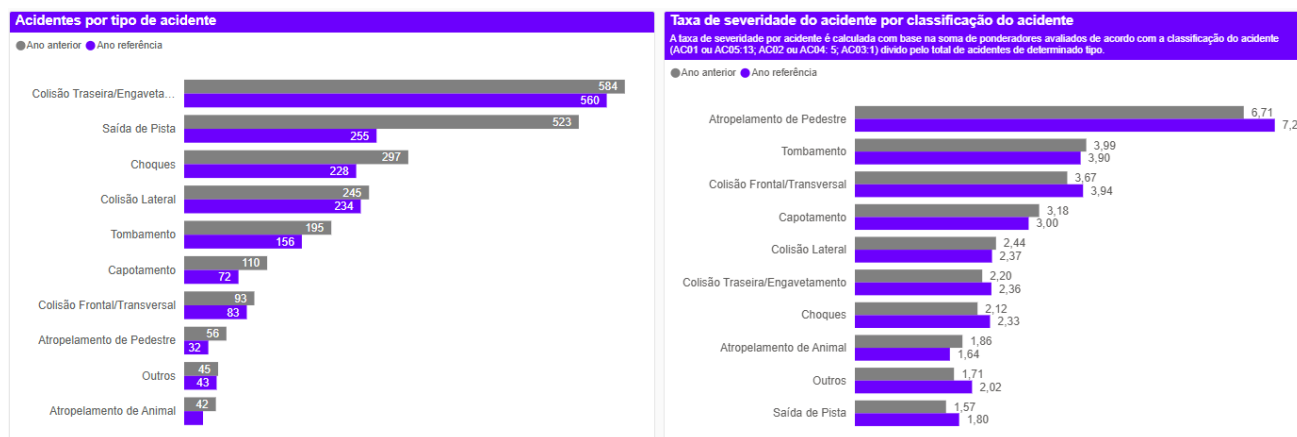
3.2.1 Acidentes

Os gráficos a seguir apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido no ano de 2025, classificados por gravidade, pelo total de pessoas envolvidas e pela quantidade de sinistros por tipo de veículo.

Varição mensal de acidentes e total de feridos:



Varição por tipo de acidente e taxa de severidade por classificação do acidente:



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

No quadro abaixo de evolução no número de acidentes com vítimas fatais dentro do ano de 2025 com destaque para fevereiro que não houve registros de mortes no período.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão:

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	7	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	50	13
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	53	11
Total	103	24

No exercício de 2025, foram registrados 67.055 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul).

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA (Volume diário médio anual) da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão:

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretor Unidade	1	0,06
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,13
Gerente Planejamento e Controle	1	0,06
Gerente SGI	1	0,06
Conservação de Rotina	7	0,44
CCO	8	0,50
Engenharia	84	5,26
Tecnologia e Manutenção	33	2,07
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	79	4,95
Tráfego	83	5,20
Arrecadação	153	9,58
Pesagem	39	2,44
Total Geral	491	30,75

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2025, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2025	Acumulado
Receitas de pedágio	572.301	3.070.515
Receitas acessórias	602	2.067
Total das receitas	572.903	3.072.582

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2025	Acumulado
Adição do intangível	1.092.803	3.716.710
Aquisição de imobilizado	30.597	216.355
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	1.123.400	3.933.065

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2025	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	229.377	1.119.466
Despesas Operacionais	78.298	334.129
Total Custos e Despesas Operacionais	307.675	1.453.595

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2025	Acumulado
Pedágio	28.615	153.301
Acessória	-	14
ISS Total	28.615	153.315

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,50 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,50	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Santo Antônio da Patrulha	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Gravataí	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Montenegro	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Paverama	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Fontoura Xavier	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Vitor Graef	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75

3.4.6 Companhia em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.254.199	
Veículos leves	44.752.229	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	973.235	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,50	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	284.139	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	107	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD > 47	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	0,6mm < HS < 1,2mm	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	572.301	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	48.118	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	171.278	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	3.987.992	
Série Histórica dos Investimentos	3.714.234	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	491	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	387	
Administrativo	104	
Despesas de Pessoal	59.725	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	46.992	
Administrativo	12.733	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	26.353	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	4.069	
Outras Despesas	5.668	

Seguridade

Total de acidentes com vítimas	913	
Acidentes com vítimas feridas	865	
Acidentes sem vítimas	2052	
Acidentes com mortos	48	
Vítimas feridas	1301	
Mortos	61	

Indicadores

Receita por eixo equivalente	R\$ 5,52	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 2,97	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balço social

	2025	2024
Faturamento bruto	1.518.491	1.250.257
Receita líquida (RL)	1.468.872	1.203.609
Resultado operacional (RO)	215.609	190.047
Folha de pagamento bruta (FPB)	81.298	80.298
Folha de pagamento bruta - total remunerações		

Indicadores sociais internos	2025	% Sobre FPB - 2025	% Sobre RL - 2025
Alimentação	4.931	6,07%	0,34%
Encargos sociais	22.894	28,16%	1,56%
Previdência Privada	183	0,23%	0,01%
Saude	6.622	8,15%	0,45%
Capacitação e desenvolvimento profissional	186	0,23%	0,01%
Indicadores ambientais	2025		2024
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	722		645
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos	3.577		3.138
Total de investimentos em meio ambiente	4.299		3.783

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas
	() Cumpre de 0 a 50%
	(X) Cumpre de 50 a 75%
	() Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional	2025	2024
Nº de colaboradores ao final do período	491	658
Tempo de serviço		
até seis meses	10%	15%
de seis meses a um ano	9%	9%
entre um e dois anos	17%	46%
entre dois e cinco anos	50%	30%
mais de cinco anos	14%	1%
Nº de admissões durante o período	444	268
Nº de demissões durante o período	443	444
Nº de colaboradores terceirizados	2190	2.376
Nº de estagiários (as)	2	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	12
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	87	155
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	285	280
Nº de colaboradores acima de 45 anos	117	102
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	238	338
% de cargos de liderança ocupados por mulheres	43%	48%
Remuneração paga a mulheres no período	2669	1885
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	23	30
% de cargos de liderança ocupados por negros	2,00%	2%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	5	9
Total de horas extras trabalhadas	14.113	14.078
Total de INSS pagos	6.933	11.616
Total de FGTS pago	1.907	3.198
Total de IR recolhido no período	0	21.738
Total de CSLL recolhido no período	0	8.326
Total de PIS recolhidos no período	3.728	3.492
Total de COFINS recolhidos no período	17.206	16.120
Total de outros tributos recolhidos no período	28.615	26.796

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025	2024
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1,2%	1,2%
Número total de acidentes de trabalho	7	16
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	383.229	377.866
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	25%	27%
% acionistas	45%	37%
% colaboradores	17%	18%
% terceiros	13%	18%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável.

Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em:

[Relatório Coalizão Transportes – Completo.](#)

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes.

Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocolo. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de *ratings* e avaliações externas.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council -Relato Integrado* (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios.

4.3 Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável.

Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

4.4 Meio Ambiente

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu

aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência.

Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO₂e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável.

Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental.

Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO₂ até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – Nature-Based Solutions) como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C

4.6 Considerações Finais

4.6.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.6.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.6.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (“Grant Thornton”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

4.6.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser consultados no site:

<https://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.5 Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas.

Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram cerca de 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R\$ 1 bilhão.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro.

Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém.

Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO.

Saiba mais em: www.motiva.com.br/instituto/

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5ª andar Cambuí - Campinas (SP) Brasil
T +55 19 2042-1036
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas, conselheiros e administração da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Capitalização de gastos com ativos de concessão (Notas explicativas nºs 3.2, 3.7, 3.14 e 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, a determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação;
- avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e
- avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, sem modificação, foi emitido em 26 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		258.481	408.715
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.577	281.894
Aplicações financeiras	6	30.701	62.160
Contas a receber das operações	7.1	45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas	9	13	60
Tributos a recuperar		26.020	18.525
Despesas antecipadas e outros créditos		15.368	7.208
Não circulante		3.729.511	2.788.882
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	-	40.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	1.540
Depósitos judiciais		5.793	4.262
Sinistro a receber		1.951	17.584
Tributos a recuperar		2.518	-
Outros créditos		5.015	217
Imobilizado	10	157.315	162.487
Intangível	11	2.053.433	1.407.570
Infraestrutura em construção	11	1.498.869	1.152.768
Direito de uso em arrendamento		4.617	2.381
Total do Ativo		3.987.992	3.197.597

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		582.721	407.656
Debêntures	14	35.424	3.804
Empréstimos e financiamentos	13	39.903	8.786
Fornecedores	12	120.551	131.843
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	120.007	80.330
Impostos e contribuições a recolher		12.514	12.632
Provisão de manutenção	16	35.865	45.597
Obrigações sociais e trabalhistas		12.064	11.633
Obrigações com o Poder Concedente		1.248	1.191
Passivo de arrendamento		3.078	1.816
Juros sobre capital próprio a pagar	9	198.737	108.346
Outras obrigações		3.330	1.678
Não circulante		1.736.771	1.407.488
Debêntures	14	1.042.792	999.464
Empréstimos e financiamentos	13	602.115	352.124
Fornecedores	12	12.364	4.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	32.295	-
Pis e Cofins diferidos		64	41
Provisão de manutenção	16	36.148	43.337
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	9.280	6.613
Passivo de arrendamento		1.703	842
Obrigações sociais e trabalhistas		10	108
Patrimônio Líquido	17	1.668.500	1.382.453
Capital social		1.408.456	1.188.456
Reserva de capital		527	-
Reservas de lucros		259.517	193.997
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.987.992	3.197.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	1.468.872	1.203.609
Custos dos serviços prestados		(1.174.965)	(937.580)
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Serviços		(57.792)	(56.614)
Custo com pessoal		(50.477)	(51.075)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Depreciação e amortização	10 e 11	(59.505)	(42.202)
Materiais, equipamentos e veículos		(19.532)	(15.676)
Custo com o Poder Concedente		(14.895)	(14.212)
Energia elétrica		(5.680)	(5.032)
Seguros		(7.297)	(5.169)
Outros		(8.335)	(7.711)
Lucro bruto		293.907	266.029
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(78.298)	(75.982)
Despesas com pessoal		(30.821)	(29.223)
Serviços		(17.221)	(14.340)
Depreciação e amortização	10 e 11	(11.387)	(8.283)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.069)	(5.212)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.338)	(2.281)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.280)	(494)
Gastos compartilhados		(2.469)	(2.654)
Gastos com viagens e estadias		(953)	(688)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, e contratuais	15.1	(2.667)	(6.011)
Editais e publicações		(292)	(458)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(4.643)	(2.666)
Perda na alienação de ativo		(10.503)	239
Ressarcimento de sinistros		18.013	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(5.668)	(3.911)
Resultado antes do resultado financeiro		215.609	190.047
Resultado financeiro	19	(12.077)	(6.682)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		203.532	183.365
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(31.670)	(43.566)
Lucro líquido do exercício		171.862	139.799
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	17.2	0,13659	0,11763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	171.862	139.799
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	171.862	139.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva de Capital	Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.188.456	-	-	38.486	67.312	-	1.294.254
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.799	139.799
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(43.860)	(43.860)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Reserva legal		-	-	-	6.990	-	(6.990)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	81.209	(81.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.188.456	-	-	45.476	148.521	-	1.382.453
Saldos em 1º de janeiro de 2025		1.188.456	-	-	45.476	148.521	-	1.382.453
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	171.862	171.862
Aumento de capital em 28 de maio de 2025	17.1	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 6 de junho de 2025	17.1	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Aumento de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	-	120.000	-	-	-	-	120.000
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(65.741)	(65.741)
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(11.601)	(11.601)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(4.350)	(4.350)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.7	-	-	527	-	-	-	527
Reserva legal	17.2	-	-	-	8.594	-	(8.594)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	-	-	56.926	(56.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.408.456	-	527	54.070	205.447	-	1.668.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		171.862	139.799
Ajustes por:			
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	155.286	134.052
Depreciação e amortização	10 e 11	68.562	48.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.835	13.502
Baixa do ativo imobilizado	10 e 11	20.598	-
Constituição da provisão de manutenção	16	5.864	26.194
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	9.172	6.391
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetária para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	7.460	24.575
Capitalização de custo de empréstimos	19	(129.249)	(80.540)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	2	-
Depreciação - direito de uso em arrendamento		2.330	2.125
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.4	527	-
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	19	3.336	1.008
Ajuste a valor presente do arrendamento	19	275	369
Rendimento sobre aplicações financeiras		(3.178)	(16.486)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(6.934)	(5.606)
Contas a receber de partes relacionadas	9	47	2.657
Tributos a recuperar		(10.013)	(9.083)
Sinistros		15.633	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(14.489)	(28.841)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(49.499)	76.903
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	36.341	31.317
Obrigações sociais e trabalhistas		333	1.600
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		1.998	22.101
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(18.067)	(32.305)
Realização da provisão de manutenção	16	(31.957)	-
Pis e Cofins diferidos		23	13
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(4.793)	(18.564)
Obrigações com o Poder Concedente		57	53
Outras obrigações		1.652	11.139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		267.014	350.733
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(30.383)	(24.354)
Aquisição de ativo intangível	11	(918.158)	(835.019)
Outros de ativo intangível	11	47.448	606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	29.503	305.381
Resgate / aplicações (conta reserva)	6	45.207	(56.234)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(826.383)	(609.620)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	267.680	124.528
Pagamento de principal	22.2	(11.477)	(1.445)
Pagamento de juros	22.2	(55.433)	(27.174)
Arrendamento			
Pagamento de juros	22.2	(2.718)	(2.528)
Integralização de capital	22.2	220.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		418.052	93.381
Redução de caixa e equivalente de caixa		(141.317)	(165.506)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		281.894	447.400
No final do exercício		140.577	281.894
		(141.317)	(165.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas		1.545.746	1.250.828
Receitas operacionais	18	1.518.491	1.250.257
Outras receitas		27.255	571
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Custos dos serviços prestados		(109.633)	(99.859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(59.173)	(38.093)
Valor adicionado bruto		425.488	372.987
Depreciação e amortização		(70.892)	(50.485)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		354.596	322.502
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	28.633	55.364
Valor adicionado total a distribuir		383.229	377.866
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		42.957	45.257
Benefícios		19.520	18.691
FGTS		3.634	3.198
Tributos			
Federais		68.065	74.957
Estaduais		215	225
Municipais		28.638	26.811
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		40.237	61.894
Aluguéis		8.101	7.034
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		65.520	88.199
Juros sobre capital próprio		106.342	51.600
		383.229	377.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, n.º 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão,



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela Concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
16. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.



3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.



3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.18. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.19. Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à contratação de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 6, 7, 9, 13, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 13, 14 e 20.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	75.155	79.104	76.904	71.507	688.863
Debêntures (a)	78.907	77.449	86.659	84.875	1.682.135
Fornecedores e outras obrigações	123.881	12.374	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	120.007	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.248	-	-	-	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 324.240 substancialmente composto por fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas e juros sobre capital próprio a pagar, detalhados nas notas explicativas n.º 12 e 9, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	3.516	7.219
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	137.061	274.675
Total	140.577	281.894

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	30.701	62.160
Aplicações financeiras (a)	645	26.970
Conta reserva (b)	30.056	35.190
Não circulante	-	40.073
Conta reserva (b)	-	40.073
Total	30.701	102.233

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,27% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,83 % do CDI, equivalente a 10,86% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures (notas explicativas n.ºs 13 e 14).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	45.802	38.868
Contas a receber das operações (a)	45.802	38.868
Total	45.802	38.868

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	45.802	38.868
Total	45.802	38.868

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	203.532	183.365
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(69.201)	(62.344)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	35.621	17.544
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	1.353
Despesas indedutíveis	(513)	(491)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(170)	(60)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	755	31
Outros ajustes tributários	1.838	401
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(31.670)	(43.566)
Impostos correntes	2.165	(30.064)
Impostos diferidos	(33.835)	(13.502)
Alíquota efetiva do imposto	15,56%	23,76%

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	48.962	36.748
Provisão de manutenção	24.485	30.238
IRPJ e CSLL s/ prejuízos fiscais e bases negativas	16.295	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3.155	2.248
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.506	2.268
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.049	854
Diferenças temporárias	328	-
Programa de gratificação de longo prazo	745	389
Arrendamento	56	91
Outros	343	660
Compensação de imposto ativo	(48.962)	(35.208)
Impostos ativos após a compensação	-	1.540
Passivo	(81.257)	(35.208)
Custo de transação de financiamentos	(8.719)	(6.172)
Capitalização de juros	(72.538)	(29.036)
Compensação de imposto passivo	48.962	35.208
Impostos passivos após compensação	(32.295)	-
Imposto diferido líquido	(32.295)	1.540

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	1.540	15.042
Reconhecimento no resultado	(33.835)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro	(32.295)	1.540

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras direta e indireta e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	90	90	15	105.841	105.856
Bancos conta movimento	-	69	69	-	10	10
Aplicações financeiras	-	-	-	-	105.777	105.777
Contas a receber	-	13	13	15	45	60
Outros créditos	-	8	8	-	9	9
Passivo	210.311	108.433	318.744	80.206	124	188.676
Fornecedores e contas a pagar	119.920	87	120.007	80.206	124	80.330
Juros sobre capital próprio	90.391	108.346	198.737	-	-	108.346

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(808)	(808)	-	(909)	(909)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(183)	(183)	-	(86)	(86)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	(2)	(2)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(284)	(284)	-	(13)	(13)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.533)	(5.533)	-	(5.972)	(5.972)
Custos / despesas - doações	-	(1.246)	(1.246)	-	(1.247)	(1.247)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	(3)	(3)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	(34)	(34)
Custos / despesas - seguros	-	(48)	(48)	-	105	105
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(99)	(99)	-	(228)	(228)
Ressarcimentos de gastos gerais	-	366	366	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	(3.336)	-	(3.336)	(1.008)	-	(1.008)
Receita de venda do ativo imobilizado	-	-	-	-	189	189
Receitas de aplicações financeiras	-	3.780	3.780	-	21.521	21.521
Repasso de custos e despesas - CSC (*)	(63.312)	-	(63.312)	(49.941)	-	(49.941)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(12)	998	986	(359)	265	(94)
Intangível	-	(1.325)	(1.325)	-	109	109

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 26.593 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

9.2. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração: (a) (b)	1.682	1.430
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	893	870
Outros benefícios:		
Incentivo de longo prazo	287	-
Provisão para remuneração variável do ano	527	536
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(65)	-
Previdência privada	38	23
Seguro de vida	2	1

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 1.554, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração dos administradores (b)	651	816

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 4.518, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave;
- (b) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária).

9.3. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	2025	2024
1,20% a.a.	3.336	1.008
Total	3.336	1.008

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Total em operação	Imobilizações em andamento	
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais		Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	943	15.729	1.082	-	52.435	70.189	77.910	148.099
Adições	-	-	-	-	-	-	24.784	24.784
Transferências	14	19.635	5.627	-	13.341	38.617	(38.617)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3.344	-	-	-	3.344	-	3.344
Depreciação	(142)	(4.488)	(1.453)	-	(7.657)	(13.740)	-	(13.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	815	34.220	5.256	-	58.119	98.410	64.077	162.487
Custo	1.429	47.145	17.755	-	81.580	147.909	64.077	211.986
Depreciação acumulada	(614)	(12.925)	(12.499)	-	(23.461)	(49.499)	-	(49.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	815	34.220	5.256	-	58.119	98.410	64.077	162.487
Adições	-	-	-	-	-	-	30.597	30.597
Baixas	(85)	(14.358)	-	(5.986)	(60)	(20.489)	-	(20.489)
Transferências	96	24.984	-	5.986	7.312	38.378	(38.378)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	1.977	-	-	-	1.977	-	1.977
Depreciação	(144)	(6.658)	(1.605)	-	(8.850)	(17.257)	-	(17.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	682	40.165	3.651	-	56.521	101.019	56.296	157.315
Custo	1.330	58.369	17.705	-	88.782	166.186	56.296	222.482
Depreciação acumulada	(648)	(18.204)	(14.054)	-	(32.261)	(65.167)	-	(65.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	682	40.165	3.651	-	56.521	101.019	56.296	157.315
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2025	10	11	24	10	10			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 214 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo de financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505	
Adições	-	-	9.596	9.596	837.807	847.403	
Transferências	420.554	996	(998)	420.552	(420.552)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3.344)	(3.344)	-	(3.344)	
Amortização	(33.942)	(678)	-	(34.620)	-	(34.620)	
Outros	(606)	-	-	(606)	-	(606)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.393.156	2.210	12.204	1.407.570	1.152.768	2.560.338	
Custo	1.486.617	4.136	12.204	1.502.957	1.152.768	2.655.725	
Amortização acumulada	(93.461)	(1.926)	-	(95.387)	-	(95.387)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.393.156	2.210	12.204	1.407.570	1.152.768	2.560.338	
Adições	-	-	5.321	5.321	1.087.482	1.092.803	
Baixas	-	(109)	-	(109)	-	(109)	
Transferências	716.597	3.273	(3.270)	716.600	(716.600)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1.977)	(1.977)	-	(1.977)	
Amortização	(50.205)	(1.100)	-	(51.305)	-	(51.305)	
Outros	(22.667)	-	-	(22.667)	(24.781)	(47.448)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.036.881	4.274	12.278	2.053.433	1.498.869	3.552.302	
Custo	2.180.547	7.300	12.278	2.200.125	1.498.869	3.698.994	
Amortização acumulada	(143.666)	(3.026)	-	(146.692)	-	(146.692)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.036.881	4.274	12.278	2.053.433	1.498.869	3.552.302	
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20					

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	1.490.362
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	1.082.681
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	207.487
1ª Intervenção de pavimento	89.899
Obras de melhoria na BR-386	88.515
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	21.780

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 129.035 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 80.110 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	120.551	131.843
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	80.000	88.910
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	63	-
Cauções e retenções contratuais (b)	40.488	42.933
Não circulante	12.364	4.959
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	4.959
Cauções e retenções contratuais (b)	12.364	-
Total	132.915	136.802

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,4367% (a)	Dezembro de 2044	4.725	3.564	83.084	78.044 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,2196% (a)	Dezembro de 2044	5.125	4.014	112.639	104.733 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2044	5.336	4.312	55.352	51.112 (b) (c) (d)
BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	120.168	127.021 (e)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)	Dezembro de 2044	1.113	1.067	32.460	-(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2846% (b)	Dezembro de 2043	743	720	21.652	-(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0881% (b)	Dezembro de 2044	4.522	4.419	130.730	-(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2926% (b)	Dezembro de 2043	2.969	2.922	85.933	-(b) (c) (d)
				Total		21.018	642.018
							360.910

	2025	2024
Circulante	39.903	8.786
Empréstimos e financiamentos	41.770	9.876
Custos de transação	(1.867)	(1.090)
Não circulante	602.115	352.124
Empréstimos e financiamentos	621.266	364.016
Custos de transação	(19.151)	(11.892)
Total	642.018	360.910

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real;
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva; e
- (e) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
2027	46.895
2028	47.527
2029	45.361
2030	22.385
2031 em diante	459.098
(-) Custo de transação	(19.151)
Total	602.115

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6.286	4.628	1.078.216	1.003.268 (b) (c) (d)
				Total	4.628	1.078.216	1.003.268

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Circulante	35.424	3.804
Debêntures	35.841	4.512
Custos de transação	(417)	(708)
Não Circulante	1.042.792	999.464
Debêntures	1.047.003	1.003.928
Custos de transação	(4.211)	(4.464)
Total	1.078.216	1.003.268

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Alienação fiduciária;
- (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	9.417
2028	18.835
2029	18.834
2030	28.251
2031 em diante	971.666
(-) Custo de transação	(4.211)
Total	1.042.792

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.415	5.198	-	6.613
Constituição	2.416	6.332	38	8.786
Reversão	(836)	(1.599)	(16)	(2.451)
Pagamentos	(1.550)	(3.237)	(6)	(4.793)
Atualização de bases processuais e monetária	252	873	-	1.125
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.697	7.567	16	9.280

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	8.906	5.516
Trabalhistas e previdenciárias	4.208	7.146
Total	13.114	12.662



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	45.597	43.337	88.934
Constituição	(14.103)	19.967	5.864
Ajuste a valor presente	4.410	4.762	9.172
Transferências	31.918	(31.918)	-
Realização	(31.957)	-	(31.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.865	36.148	72.013

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 28 de maio de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas em 28 de maio de 2025 e integralizadas em 6 de junho de 2025.

Em 2 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 120.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 120.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas e integralizadas em 2 de dezembro de 2025.

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 1.408.456, dividido em 1.408.456.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	171.862
(-) Constituição de reserva legal	(8.594)
Lucro líquido ajustado	163.268
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	40.817
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	90.391
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	90.391

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar.

17.5. Juros sobre capital próprio

Em 22 de setembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 77.342, relativo ao lucro do período de janeiro a agosto de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 65.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 11.601, a serem pagos quando oportuno e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 29.000, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 24.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 4.350, a serem pagos conforme deliberação futura e com base na composição acionária vigente na presente data.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.6. Lucro por ação básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	171.862	139.799
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.258.236	1.188.456
Lucro por ação ordinária - básico	0,13659	0,11763

17.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.868 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 20.868 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.906 ações, restando 37.832 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 527 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	1.518.491	1.250.257
Receitas de pedágio	572.301	535.920
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695
Receitas acessórias	602	642
Deduções das receitas brutas	(49.619)	(46.648)
Impostos sobre receitas	(49.549)	(46.408)
Abatimentos	(70)	(240)
Receita operacional líquida	1.468.872	1.203.609

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(40.710)	(62.046)
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(155.286)	(134.052)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(3.336)	(1.008)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(9.172)	(6.391)
Capitalização de custo de empréstimos	129.249	80.540
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(275)	(369)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(1)
Taxas e outras despesas financeiras	(1.888)	(765)
Receitas financeiras	28.633	55.364
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.912	54.983
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	1
Juros e outras receitas financeiras	2.721	380
Resultado financeiro líquido	(12.077)	(6.682)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2025	2024
Ativo	Nível	217.093	423.055
Valor justo através do resultado		171.278	384.127
Caixa e bancos	Nível 2	3.516	7.219
Aplicações financeiras	Nível 2	137.706	301.645
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	30.056	75.263
Custo amortizado		45.815	38.928
Contas a receber das operações		45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas		13	60
Passivo		(2.176.471)	(1.692.633)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(2.176.471)	(1.692.633)
Debêntures (a)		(1.078.216)	(1.003.268)
Empréstimos e financiamentos (a)		(642.018)	(360.910)
Fornecedores e outras obrigações		(136.245)	(138.588)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(120.007)	(80.330)
Juros sobre capital próprio		(198.737)	(108.346)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.248)	(1.191)
Total		(1.959.378)	(1.269.578)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	120.168	108.706	127.021	103.841
Debêntures (a)	1.082.844	932.849	1.008.440	863.069

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(1.745.880)	(172.617)	(190.836)	(209.054)
Efeitos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(172.617)	(190.836)	(209.054)
CDI	168.428	13.204	16.418	19.600
Efeitos sobre aplicações financeiras		13.204	16.418	19.600
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(159.413)	(174.418)	(189.454)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

(4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento	3.090.465	3.960.670

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	45.610
Fornecedores	45.610
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(45.610)
Adições ao ativo intangível	(45.610)

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(360.910)	(1.003.268)	(2.658)	(1.188.456)	(2.555.292)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(239.615)	38.845	2.718	(220.000)	(418.052)
Captações (líquidas de custos de transação)	(267.680)	-	-	-	(267.680)
Pagamento de principal	6.490	4.987	-	-	11.477
Pagamento de juros	21.575	33.858	2.718	-	58.151
Integralização de capital	-	-	-	(220.000)	(220.000)
Outras variações que não afetam o caixa	(41.493)	(113.793)	(4.841)	-	(160.127)
Ajuste a valor presente	-	-	(275)	-	(275)
Adições de contrato de arrendamento	-	-	(4.566)	-	(4.566)
Despesa com juros e variação monetária	(41.493)	(113.793)	-	-	(155.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(642.018)	(1.078.216)	(4.781)	(1.408.456)	(3.133.471)

23. Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2026 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 259.000, mediante a emissão de 259.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2026 por sua única acionista Motiva. Foi integralizado o valor de R\$ 60.000 no dia 9 de fevereiro de 2026.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Fausto Camilotti	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS